

previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilatação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

13-12-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Carla Maria Silva Ribeiro Menezes*. — O Oficial de Justiça, *Damião Nascimento*.

304059561

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GONDOMAR

Anúncio n.º 12548/2010

Prestação de contas (liquidatário) Processo n.º 3639/09.5TBGDM-E

Insolvente: José João Farinha Alves e outro(s).
Credor: Banco Santander Totta S A e outro(s).

A Dr(a). Daniela Pinheiro da Silva, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e os devedores/insolventes José João Farinha Alves e Sandra Cristina Martins Alves, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artº223.º, n.º 1 do C.P.E.R.E.F.).

13-12-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Daniela P. da Silva*. — O Oficial de Justiça, *José Valente*.

304080678

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GONDOMAR

Anúncio n.º 12549/2010

Nos autos de Insolvência 2780/10.6TBGDM Insolvência de pessoa singular (apresentação) em que são:

Insolvente: Elsa Maria Coimbra de Sousa, estado civil: Casado (regime: Casado), nascido(a) em 27-04-1970, concelho de Gondomar, freguesia de Fânzeres [Gondomar], NIF 187414408, BI 9877226, Segurança social 11321245977, Endereço: Rua Pinheiro Daquem, n.º 21, 1.º, Esq., 4420-532 Valbom;

Administrador de Insolvência: Rui Manuel Pereira de Almeida, Endereço: Rua 25 de Abril, 299, 3.º Dt.º Frt.º, 4420-356 Gondomar;

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado: Dr. Rui Manuel Pereira de Almeida, Endereço: Rua 25 de Abril n.º 299, 3º Dtº Frt., 4420-356 Gondomar.

Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

6-12-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Isabel Maria C. Teixeira*. — O Oficial de Justiça, *Fernanda Gonçalves*.

304051517

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 12550/2010

Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Processo n.º 1588/09.6TBGMR

Insolventes: António Augusto Xavier e Sousa, estado civil: Casado (regime: Desconhecido), nascido(a) em 30-07-1962, concelho de Guimarães, freguesia de Oliveira do Castelo [Guimarães], nacional de Portugal, NIF — 147240212, BI — 5778533, Endereço: Rua do Bom Viver, n.º 82, Lote 3, 4810-000 Guimarães; e, Maria Helena da Cunha Jordão e Sousa, estado civil: Casado (regime: Desconhecido), nascido(a) em 11-10-1962, concelho de Guimarães, freguesia de Azurém [Guimarães], nacional de Portugal, NIF — 183707230, BI — 5824456, Endereço: Rua do Bom Viver, n.º 82, Lote 3, Urgeses, 4810-030 Guimarães.

Administradora de Insolvência: Dr. Maria Joana Machado Prata, Endereço: Av. Combatentes Grande Guerra, 2, 2.º Esq., 4810-260 Guimarães.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada nos termos do disposto no artigo 230.º, n.º 1, alínea a) do CIRE.

À Administradora da Insolvência, foi remetido o respectivo anúncio para publicação.

25 de Novembro de 2010. — A Juíza de Direito, *Maria Paula Miranda*. — O Oficial de Justiça, *Alzira Martins*.

304016833

Anúncio n.º 12551/2010

Prestação de Contas Administrador (CIRE)

Processo n.º 2812/10.8TBGMR-B

Insolvente: Mais Valia e Bem Estar Unipessoal, L.ª
Administradora de Insolvência: Dr.ª Maria Joana Machado Prata, endereço: Av. Combatentes da Grande Guerra, n.º 2, 2.º Esq., 4810-260 Guimarães.

A Dr(a). Maria Paula Miranda, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Mais Valia e Bem Estar Unipessoal L.ª, NIF — 508633117, endereço: Rua Monte da Santa, Lote 26/27, 2.º I, Selho S. Jorge, 4835-606 Guimarães, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pela administradora da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

25 de Novembro de 2010. — A Juíza de Direito, *Maria Paula Miranda*. — O Oficial de Justiça, *Jorge Manuel da Cunha Rodrigues*.

303998018

Anúncio n.º 12552/2010

Prestação de Contas Administrador (CIRE)

Processo n.º 2875/08.6TBGMR-F

Insolvente: Anflipper — Indústria de Confeccões, L.ª
Administrador de Insolvência: Dr. Elmano Relva Vaz, endereço: Rua 19, n.º 1309, 1.º, Sala 2, 4500-252 Espinho.

A Dr(a). Maria Paula Miranda, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Anflipper — Indústria de Confec-

ções, L.^{da}, NIF — 505605643, endereço: Rua do Padrão, 69, Serzedelo, 4800 Guimarães, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

26 de Novembro de 2010. — A Juíza de Direito, *Maria Paula Miranda*. — O Oficial de Justiça, *Jorge Manuel da Cunha Rodrigues*.
304003662

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LAGOS

Anúncio n.º 12553/2010

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Processo n.º 696/10.5TBLGS

Requerente: SOLMATE — Comércio de Materiais de Construção, S. A.
Insolvente: José João Construções, L.^{da}

No dia 15-07-2010, pelas 15 horas e 15 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: José João — Construção Civil, L.^{da}, número de identificação fiscal 502193174, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 20-1.º, Esq.º, Praia da Luz, em Lagos.

É administrador do devedor: Maria Luísa de Oliveira Duarte Jesus João, com domicílio na Urbanização Quinta da Bela Vista, lote 77, em Lagos, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr. Luís Manuel Iglésias Fortes Rodrigues, com escritório na Rua Dr. Emiliano da Costa, N.º 89-A, em Faro

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do crédito, data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 01-09-2010, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Advertem-se os titulares de crédito que os não tenham reclamado, da necessidade de o fazerem, se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para as reclamações de créditos, informando-se de que a reclamação para mero efeito da participação na reunião pode ser feita

na própria assembleia, se também na data desta tal prazo não estiver já esgotado (alínea c) do artigo 75.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

19/07/2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria João Abreu Seródio*. — O Oficial de Justiça, *Manuela Machado*.

303642735

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LAMEGO

Anúncio n.º 12554/2010

Proc. n.º 41/06.4TBLMG Insolvência pessoa singular (requerida)

Requerente: Leontino Costa Pinto

Insolvente: Herança de Manuel Ferreira Pinto e Mulher Maria da Conceição Gonçalo Costa, lugar das Moitas, Varzea de Serra, 3610-000 Tarouca.

Administrador da Insolvência: Eusébio Eduardo Marques Gouveia, Trav^a da Trindade, n.º 16 — 3.º A, 1200-469 Lisboa.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado ao abrigo do disposto no artigo 230.º, n.º 1 al. a), do CIRE. A decisão de encerramento do processo foi determinada após a realização do rateio final. Efeitos do encerramento: artigo 233.º do CIRE.

29-10-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Miguel Ângelo França*. — O Oficial de Justiça, *Cândida Barreto*.

304007931

TRIBUNAL DA COMARCA DA GRANDE LISBOA — NOROESTE

Juízo de Comércio de Sintra

Anúncio n.º 12555/2010

Processo: 25107/10.2T2SNT Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: Abaque — Comércio de Máquinas e Equipamentos Hoteleiros, S. A.

Credor: Comeca-Imp. e Exp., L.^{da} e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Comarca da Grande Lisboa — Noroeste, Sintra — Juízo do Comércio de Sintra, no dia 24-11-2010, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Abaque — Comércio de Máquinas e Equipamentos Hoteleiros, S. A., NIF — 506488365, Endereço: Estrada de Paço D'Arcos 167 Armazém C, Alto da Bela Vista, 2735-309 Cacém com sede na morada indicada.